



Maricá, 02 de fevereiro de 2024.

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 3144/2024_ Pregão Presencial nº 35/2023

À CPL,

Trata-se de procedimento administrativo nº 3144/2024, pedido de impugnação, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e controle de margem consignável com lançamento em folha de pagamento no município de Maricá, apresentado pela empresa CONSIGNET SISTEMAS LTDA ao Pregão Presencial nº 35/2023.

Primeiramente, o pedido de impugnação foi realizado tempestivamente, conforme o art. 41 da Lei nº 8.666/1993, considerando a data de realização do certame. Com relação a impugnação esclarecemos os itens mencionados, a saber:

Sobre o item 2.1.3 da Planilha Requisitos Obrigatórios presente na Prova de Conceito concebe-se improcedente a solicitação averbada. Destaca-se que o edital citado trouxe a previsão expressa quanto ao sigilo de dados cadastrais e financeiros dos servidores deste ente federativo. Ressalta-se que o Termo de Referência, presente no Anexo III desse edital (fls. 342), expõe no item 19 que a Contratada obrigará-se a observar e guardar sigilo cadastral e financeiro sobre informações relativas aos dados pessoais, profissionais e financeiros dos consignados no cadastro do sistema, observando-se o disposto na Lei nº 13.709/2018 e Decreto Municipal nº 840/2022 aplicáveis ao caso, além disso há outras obrigações previstas no item 19 do Termo de Referência a serem respeitadas pela Contratada e Contratante.

Destaca-se que não houve omissão e violação quanto ao respeito da Lei Geral de Proteção de Dados e ao Decreto Municipal que disciplinam o assunto, haja vista a previsão sobre o assunto no Termo de Referência, no Anexo III fls. 342 a 343. Além disso, a Administração Pública terá acesso à base de dados dos servidores municipais, não terá acesso às informações de outros clientes que estão na base de dados da Contratada.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Prefeitura de Maricá
Processo nº: 3144/2024
Data de Início: 02/02/2024
Rubrica:
Folha:

Expõe que a Contratada pode proteger os dados dos seus outros clientes ao realizar a Prova Conceito exigida no edital.

A cerca do argumento sob o item 2.4.1, entende-se como improcedente, cabe destacar que o edital prevê os requisitos mínimos de acessibilidade para essa futura contratação. Expõe-se que essa futura contratação contemplará as pessoas portadoras de necessidades especiais (PNE), a acessibilidade permite que pessoas com deficiência possam viver de forma independente, usufruindo de seus direitos de cidadania e de participação social. Ressalta-se que essa administração, atualmente, está assegurando e promovendo condições de igualdade de direitos a todos os servidores municipais, conforme expõe a Lei nº 13.146/2015.

Ressalta-se que essa Administração não está direcionando o edital ao exigir em nesse edital ferramentas mínimas de funcionamento e acessibilidade, ademais, a Contratante está promovendo a acessibilidade para todos os servidores, assim, garantindo a prestação de tal serviço de forma satisfatória e segura.

No tocante a impugnação aos itens 2.5.3 e 2.5.4 presentes na planilha da Prova de Conceito entendem-se como improcedentes, pois nessa avaliação do sistema a Contratada realizará uma demonstração do sistema para Gestão de Margem Consignado, em que serão analisadas suas funcionalidades operacionais e características técnicas solicitadas neste edital, por servidores da consignante, com isso haverá a averiguação de que o sistema cumpre os requisitos técnicos necessários à contratação.

Assim, para o cumprimento mínimo dessa avaliação, a Contratada deve possuir as ferramentas mínimas de funcionalidades, para conferir rapidez ao transporte de dados para manter a qualidade mínima necessária na prestação do serviço de gestão e controle de margem consignável.

Diante do exposto, **não acolhemos a impugnação** pelos fundamentos expostos.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de estima e consideração, nos mantendo à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Gabriel Siggelkow Guimarães

Subsecretário de Governo

Mat. 109.398